

# APRESENTAÇÃO

Ana Regina Falkembah Simão<sup>1</sup>

A terceira edição da **Século XXI – Revista de Relações Internacionais** chega aos leitores com uma boa notícia que, se por um lado nos orgulha – e mostra o acerto de nossa proposta -, por outro só faz aumentar a responsabilidade do trabalho desenvolvido há um ano e meio. A Revista, uma publicação do curso de Relações Internacionais e do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI) da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul – ESPM- Sul, foi contemplada com o reconhecimento da CAPES, tendo recebido o grau Qualis B5. Isso ratifica o nosso desafio de constituir um espaço de reflexão e debate acadêmico no campo das Relações Internacionais, num contexto em que o mesmo ganha cada vez maior destaque no Brasil. Aqui há duas questões paralelas e igualmente determinantes. Se por um lado o campo se consolida academicamente a partir de estudos e pesquisas de alto nível nas instituições já consolidadas (enquanto surgem novos cursos de graduação na área), as Relações Internacionais ganham uma visibilidade inédita junto à sociedade brasileira, a partir de uma inflexão na atuação do próprio governo, cuja Política Externa está agendando o tema de forma pró-ativa.

Diante deste cenário, a **Século XXI** vê com evidente prazer a ampliação dos temas, das abordagens e das áreas de atuação de pensadores, pesquisadores e professores que nos honram com a sua participação nesta edição. Esse terceiro número traz para a nossa publicação trabalhos dos mais diversos estados brasileiros, compondo um amplo leque de contribuições de um país que, com suas dimensões continentais, nem sempre dialoga na medida ideal com sua própria riqueza e diversidade.

Assim, caberia apresentar nossos autores e seus artigos, que integram o Dossiê de Política Externa. Abrindo a terceira edição da **Século XXI**, o texto intitulado “**A Política Externa do governo Geisel (1974-1979)**” revisita o governo Geisel, com o seu clássico “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, que buscou readequar o posicionamento brasileiro no cenário internacional. Os autores Filipe Almeida do Prado Mendonça e Shiguenoli Miyamoto analisam os impactos da conjuntura da década de 1970, marcada por questionamentos a respeito da ordem internacional ocidental, sob a liderança dos Estados

---

<sup>1</sup> Editora da Revista **Século XXI**, pesquisadora do NEPRI e professora do Curso de Relações Internacionais da ESPM-SUL. Doutora em História pela UFRGS. <anasimao@terra.com.br>

Unidos. Momento caracterizado pela ruptura com as instituições de Bretton Woods, as crises do petróleo e a percepção de que os Estados Unidos estavam em franco declínio delimitaram o período e colocaram desafios para o Brasil. Como sustentam os autores, as crises da liderança norte-americana e da própria economia internacional reformataram o ambiente onde a política externa brasileira deveria se inserir, motivando “uma atuação independente do Brasil por meio de uma política que entendia o mundo não através de amigos, mas sim de aliados e privilegiava o mercado deixando de lado a ideologia, ainda que esta última não fosse completamente abandonada”.

As práticas discursivas – e suas relações perigosas com a Política Externa - fazem parte da análise de Erica Simone Almeida Resende. No texto intitulado “**As condições de possibilidade da Guerra ao Terror: americanidade e puritanismo nas práticas discursivas da política externa norte-americana no pós-onze de setembro**”, a autora busca responder à pergunta “como foi possível conceber a ‘Guerra ao Terror’ como opção política válida e legítima?”, sugerindo que tal “articulação e aceitação tenha sido possível graças a um discurso de americanidade costurado por marcadores puritanos, o que indicaria uma tentativa de se naturalizar o puritanismo como principal marcador da identidade nacional americana”. A chamada Doutrina Bush, principal veículo na promoção da “Guerra ao Terror”, afinal, representou a “mais dramática mudança de macroestratégia norte-americana desde o início da Guerra Fria”.

Já o artigo “**Condições para a Integração: qual é a contribuição do Brasil na América do Sul?**”, de Maria Izabel Mallmann, analisa o processo sul-americano de integração e a participação do Brasil na criação das condições necessárias para seu sucesso. Partindo da tese neo-funcionalista relativa à importância da existência de certas condições básicas para que a integração seja bem-sucedida, a autora busca compreender o desempenho do Brasil no processo de integração regional, particularmente no que concerne aos custos desse engajamento para o país. O trabalho de Mallmann agrupa, desta forma, algumas variáveis neo-funcionalistas relativas às condições necessárias propícias à integração, em quatro dimensões: política e ideológica, econômica, social e perceptiva, relacional e contextual (externa). A partir delas, a autora analisa as possibilidades de sucesso da integração sul-americana, assim como o diferencial positivo que a disposição do governo brasileiro em arcar com os custos da integração pode produzir em tal contexto, considerando que “a percepção dos atores quanto aos benefícios da integração é essencial para assegurar o engajamento continuado dos governos e sua disposição em arcar com os custos do processo”.

“**Um olhar sobre a relação entre o Brasil e o Haiti por meio da cobertura das revistas Veja e IstoÉ**”, traz uma perspectiva do campo da Comunicação para

temáticas caras às Relações Internacionais. Os pesquisadores Edson Fernando Dalmonte e Renata Inah de Almeida buscam, a partir das técnicas de Análise do Conteúdo e da Análise Crítica do Discurso, entender de que forma a política externa brasileira relativa ao Haiti foi representada nas revistas semanais brasileiras *Veja* e *IstoÉ*, durante a cobertura realizada pelas publicações sobre o terremoto que atingiu o país caribenho em janeiro de 2010. A Política Externa brasileira, assim, é analisada enquanto realidade construída pelos meios de comunicação de massa, uma arena certamente distanciada da realidade científica do campo das Relações Internacionais, mas capaz de impactar um amplo público leitor em todo o país. O trabalho desenvolvido pelos autores acompanhou os 68 textos da cobertura de ambas as revistas sobre o abalo sísmico que atingiu a cidade de Porto Príncipe, traçando um interessante painel de como as relações entre Brasil e Haiti são apresentadas para a sociedade brasileira, levando-se em consideração, “o contexto internacional atual e a posição privilegiada que o Brasil ocupa atualmente no cenário global, devido à sua prosperidade econômica e estabilidade democrática”.

Em “**O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU**”, Eveline Vieira Brigido avalia as pretensões brasileiras de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e suas estratégias de ação. Destacando a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas como um dos temas mais debatidos no cenário internacional, a autora ressalta que “poucos lugares são hoje tão disputados quanto os prováveis futuros assentos do Conselho” ainda que, desde a criação da ONU, não falem críticas com relação a esse órgão, seja no que diz respeito aos métodos de trabalhos, seja no que concerne a sua composição. Eveline Brigido remonta ao ano de 1993, quando a Assembléia Geral criou um Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar as possibilidades de reforma, e recupera a articulação do Brasil que, atualmente, configura-se como um dos principais articuladores do projeto de reforma. Também aborda a ação conjunta do Brasil com Japão, Alemanha e Índia (o G4), grupo que defende um Conselho reformado, sem esquecer que a pretensão brasileira a uma cadeira permanente remonta a 1945 ou, até mesmo, à época do seu predecessor, o Conselho da Liga das Nações.

O artigo de Alexandre Pereira da Silva, intitulado “**A política externa brasileira para os grandes espaços: o espaço cósmico, a Antártida e a expansão da Plataforma Continental**” analisa estes três espaços sob a ótica do Direito Internacional e da Política Externa brasileira, visando identificar os principais pontos de atuação externa do Brasil em relação ao tema. Como bem notou o autor, são espaços que, muito embora fora do primeiro plano de atração, seja pelo seu difícil acesso, seja por não terem – ainda – despertado grandes interesses econômicos, terão sua importância reconhecida num futuro não tão longínquo.

Reconhecendo que tais espaços são caracterizados pela existência de um regime internacional ainda precário, o artigo descreve as linhas de atuação da política externa brasileira para essas regiões. Cabe ressaltar que, ao passo que esta edição estava sendo finalizada, o tema abordado por Alexandre Silva ganhou dramática relevância com a tragédia registrada na Estação Antártica Comandante Ferraz.

O penúltimo trabalho, **“Mercosul: custos e benefícios de diferentes acordos comerciais”**, de Rosana Curzel e Simão Davi Silber, busca estimar os impactos de diferentes políticas de liberalização comercial sobre a economia do Mercosul, a partir do uso metodológico dos Modelos de Equilíbrio Geral Aplicado (GTAP). Para tanto, dez cenários de política comercial foram implementados. Eles incluem a formação da Alca; um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE); a formação de ambos os acordos; a assinatura de Tratados de Livre Comércio (TLCs) entre os países da América Latina e os EUA, sem a participação do Brasil; e a assinatura de TLCs entre países da América Latina e os EUA, com a exceção do Mercosul, Bolívia e Equador. Os autores então repetiram as simulações excluindo-se os produtos sensíveis nas negociações internacionais. Finalmente, parte da base tarifária foi modificada para novamente ser submetida à simulação dos mesmos cenários. O trabalho concluiu, desta forma, que os maiores ganhos de bem-estar foram apresentados pela formação simultânea da Alca e do acordo Mercosul-UE.

Finalmente no texto **“UNASUL e a OEA na resolução de conflitos sul-americanos”**, Elaine de Melo Xavier analisa as novas configurações de temas clássicos para o campo da Política Externa como os da integração, cooperação em defesa e segurança no subcontinente. A autora argumenta que as propostas de criação do Conselho de Sul-Americano de Defesa (CDS) e do Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos no âmbito da UNASUL, demonstram um propósito dos países latino-americanos e caribenhos de inaugurarem uma experiência de regionalismo capaz de constituir uma instância própria de cooperação em segurança e defesa – sem a participação dos Estados Unidos – para tratar os conflitos na sub-região, para além da intenção de fortalecer o SIS por meio da fundação de instâncias sub-regionais de apoio à atuação da OEA. Para Elaine de Melo Xavier, os atuais processos de integração na América do Sul experimentam mudanças há alguns anos, “especialmente em consequência da chegada ao poder de determinadas lideranças políticas que propõem perspectivas diferentes em relação à matéria”. Ainda assim, os esforços atuais, especialmente empreendidos pelos países sul-americanos, não deixam de se relacionar a um contexto mais amplo de questionamentos quanto à validade dos instrumentos de segurança hemisférica planejados para responder às questões surgidas ainda na Guerra Fria, assim como de tentativas malogradas de reforma do Sistema Interamericano de Segurança (SIS).